



Índice

- 01** Para os Awá, trem da Vale é barulho do terror
- 02** Perícia conclui que tiro que matou indígena não foi disparado a queima-roupa
- 03** Suicídio de adolescente evidencia fragilidade nas aldeias indígenas
- 04** Após show no TV Xuxa indígenas douradenses ganham espaço na Rádio UOL
- 05** Pernambuco sediará primeiro encontro de povos do Sertão
- 06** Indígenas pedem apoio da prefeitura para atender aldeia Karitiana
- 07** Indígenas de Mato Grosso do Sul enviando carta à União pedindo segurança aos povos
- 08** vc repórter: São Sebastião tem mais de 30 praias e reserva indígena em SP
- 09** Assinado termo de compromisso para realização dos jogos indígenas em MT
- 10** 10
- 11** Pimenta Baniwa do Içana ganha casa própria e pretende conquistar novos mercados
- 12** Estradas intransitáveis em período de chuva interferem no rendimento escolar das aldeias
- 13** Embrapa participa de Assembléia dos Povos Indígenas em Oiapoque
- 14** MPF/MS: TRF3 reafirma obrigação do Estado em prestar policiamento emergencial nas aldeias
- 15** Povos Tradicionais: união nas lutas

Para os Awá, trem da Vale é barulho do terror
SÍTIO CIMI, 28.02.2013



Uma mulher dá de mamar a um macaco guariba. Outros dois meninos brincam com um periquito e um terceiro, deitado em uma rede, com um quati. A imagem de galhos e folhas de árvores é coberta por uma fala de som inusitado, a língua guajá.

As cenas são de um vídeo produzido pela Survival International como parte de uma campanha para salvar a "tribo mais ameaçada do mundo", segundo a organização, os Awá-Guajá. Atualmente, os índios dessa etnia ocupam três áreas no Maranhão: a Terra Indígena Alto Turiaçu, a Terra Indígena Awá e a Terra Indígena Carú.

"Na verdade, [a área das terras indígenas] só tem esse formato devido ao empreendimento Carajás, que dividiu uma grande reserva florestal, a do Gurupi, para se tornar esse mosaico que é hoje", conta Rosana Diniz, coordenadora regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Maranhão.

Ela se refere à Estrada de Ferro Carajás (EFC), do Programa Grande Carajás, o pólo de produção e exportação de minérios da então Vale do Rio Doce – hoje Vale S/A – implantado nos anos 80. O trem que parte da Floresta Nacional de Carajás, no Pará, onde ficam as minas da Vale, segue pelo Maranhão até o porto de exportação próximo a São Luís, é o maior do mundo. São quatro locomotivas e 330 vagões que atravessam com estrondo reservas florestais, terras indígenas, comunidades quilombolas e de pequenos agricultores.

Ainda nos anos 80, a Vale firmou um convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcar o território dos Awá-Guajá no Maranhão, apoiando financeiramente o processo. Assim surgiu a Terra Indígena Awá, localizada a 35 km da Estrada de Ferro Carajás. Também estão na área de influência da ferrovia as terras indígenas Carú e Mãe Maria afetadas, no momento, pela expansão da Estrada de Ferro Carajás como parte de um projeto da Vale de duplicar a extração de minério no Pará.

"O BARULHO DO TERROR"

O contato com os Awá-Guajá no Maranhão é recente, poucos falam algumas palavras de português. Há mesmo notícias de Awá-Guajás não contatados. Como vivem da caça e da coleta, circulam pelo território e sentem dramaticamente qualquer impacto sobre ele.

CONT.



“Os Awá tem toda uma teoria sobre o barulho, sobre o som, que inclusive forma o conhecimento deles sobre a caça. O silêncio na mata é muito valorizado. Eles conseguem ouvir a chuva quando está chegando, minutos antes de ela cair. Então eles têm toda uma teoria nativa sobre o barulho e o barulho do trem é um barulho do terror”, explica Uirá Garcia, antropólogo que trabalha com os Awá-Guajá.

As aldeias mais próximas da ferrovia estão na Terra Indígena Carú. São as aldeias Awá e Tiracambú, distantes cerca de 1,1 km e 1,7 km da ferrovia, respectivamente. Além do ruído que espanta a caça e causa medo às crianças, os Awá-Guajá convivem com desmatamento e a exploração ilegal de madeira no território invadido pela chegada de migrantes atraídos pelos grandes empreendimentos econômicos na região.

“Considerando que é um povo caçador e coletor, que vive exclusivamente da floresta e consequentemente não tem políticas voltadas para esse modo de vida – nem por parte da Funai, nem na assistência da saúde –, esses elementos nos levam a concluir que esse é, realmente, o povo mais ameaçado no Brasil”, acredita Rosana Diniz.

O FUTURO DOS AWÁ-GUAJÁ

A situação de outros índios afetados pelo pólo exportador de Carajás – esses no Pará – antecipa um futuro ameaçador para os Awá-Guajá.

No sudeste do Pará, onde ficam as minas da Vale, o imenso trem corta as terras da tribo indígena Mãe Maria. Ali, cerca de 700 índios Gavião se dividem em cinco aldeias nos 62 mil hectares que compõem a única área verde do município de Bom Jesus do Tocantins.

Os Gavião enfrentam o mesmo problema de caça que os Awá-Guajá, além de atropelamentos nos trilhos do trem que não pode parar – um maquinista controla o trem de 3,5 km de extensão. O território deles está na área de influência dos megaprojetos de desenvolvimento desde a década de 1970 – dos alagamentos causados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí – e as linhas de energia que cortam o território – à construção da BR-222 (que liga Marabá a Fortaleza).

Os que ficam mais próximos às minas, porém, são os cerca de mil índios Xikrin Kayapó, da Tribo Indígena Cateté, ao sudoeste de Marabá. A área ocupa perto de 440 mil hectares do município de Parauapebas, sede da Floresta Nacional de Carajás – de onde é extraído o minério de ferro da Vale.

As indenizações e programas estipulados pelo IBAMA que a Vale paga aos Xikrin e aos Gavião, por enquanto, são as únicas tentativas de compensar e mitigar os danos causados ao ambiente e modo de vida dos índios.

O que leva a conflitos e renegociações constantes. “A Vale acha que são coisas definitivas e não são. Da perspectiva dos índios, a negociação está sempre aberta. É sempre possível voltar a negociar porque é sempre insatisfatório.

CONT.



Tem essa figura no direito que chama hipossuficiência jurídica. A desigualdade é tamanha na negociação que, para os índios, a possibilidade de renegociação está mesmo sempre aberta”, diz Iara Ferraz, antropóloga que acompanha os índios Gavião desde a década de 70.

Em 2006, quando índios Xikrin pararam a produção da Vale em Carajás, a empresa declarou não ter obrigação legal de indenizá-los pelos impactos socioambientais causados por seus empreendimentos na região. “É responsabilidade do Estado a garantia de recursos financeiros para atender às necessidades destas comunidades, atuando através da Funai e de outras entidades governamentais”, declarou a companhia.

“É chegada a hora de o Estado definir e implementar políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas em todo o território brasileiro. As empresas privadas não podem mais conviver com ilegalidades promovidas por índios, que vêm lançando mão de ações que podem ser caracterizadas como crimes de cárcere privado, roubo, extorsão, dano, invasão de estabelecimento industrial, formação de quadrilha, perigo de desastre ferroviário e desobediência”, afirmava a empresa.

Para Marcos Reis, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Norte 2 – que abrange o Pará e o Amapá –, “o argumento que a Vale usa de que faz caridade, que dá isso de boa vontade, é falacioso, porque ela está condicionada a fazer isso”, diz, se referindo às condições impostas à companhia – então estatal – pelo Senado Federal depois da redemocratização do país.

A resolução nº 331 de 1986 do Senado concedeu à Vale o direito de uso de terras da União por tempo indeterminado mas estipulou entre os deveres da empresa o “amparo das populações indígenas existentes às proximidades da área concedida e na forma do que dispuser convênio com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI ou quem suas vezes fizer”.

ÁGUA POLUÍDA

Kangó, um índio de 42 anos, é representante da aldeia Djudjekô, dos índios Xikrin. Ele conta que decidiu começar a estudar para ajudar os índios, índias, curumins e anciãos de sua comunidade. “Tem gente ainda que não sabe falar português, os velhos e as crianças da nossa aldeia são assim. Nem a índia nem o menino sabem português. Eu preciso estudar para poder ajudar eles”, conta. Sua aldeia está mais próxima da área de mineração de níquel da Vale, chamada Onça-Puma, nas terras da Tribo Indígena Cateté.

Ele explica que o aumento da população é um dos fatores que justificam a renegociação das indenizações pagas pela Vale. “Tem muito minério rodeando a aldeia e a aldeia ficou no meio. Esse recurso que a Vale repassa para a comunidade indígena não dá para todas pessoas, porque todo ano a população cresce nas três aldeias Xikrin”, fala.

Juliano Almeida, indigenista da Funai em Marabá, diz que os recursos são destinados a atividades de interesse da comunidade. “Tem um conselho [na comunidade] que define a forma como esse dinheiro vai ser aplicado”.

CONT.



As extração de níquel polui bem mais do que mineração de ferro. Na aldeia Djudjekô, próxima às minas de Onça-Puma, os índios temem a contaminação do rio da comunidade, o Cateté. "Nós estamos preocupados com pó que cai na água. As crianças se banham e bebem da água do rio. E com a nossa alimentação, com o peixe. O pó também cai na castanheira, onde nós buscamos a castanha pra se alimentar. Algumas já morreram por causa de pó", diz Kangó.

O índio conta que as crianças apresentam sintomas de intoxicação como diarreia, coceira e vermelhidão nos olhos. Seu neto de três anos, Pepnhuika, agora está fazendo um tratamento para os olhos. Os gastos com saúde e projetos para sobrevivência das aldeias – como os de cultivo e extração de castanha – são realizados com as indenizações que os índios recebem da Vale. E eles sabem que com esses mesmos recursos têm de se preparar para o futuro, quando as minas se esgotarem.

"Nós temos uma preocupação, uma tristeza, um sentimento. Mas também temos um projeto de plantação de cacau, estamos começando a produzir, a fazenda também já está começando a produzir", fala Kangó. "Nós temos que trabalhar, para sobreviver os nossos netos, os nossos filhos, para não esquecer o nosso futuro. E assim, se a Vale deixar nós, nós temos o nosso trabalho".

LUTA JUDICIAL

Em julho do ano passado, o juiz federal Ricardo Macieira da 8ª Vara de São Luís, no Maranhão, determinou a suspensão da expansão da Estrada de Ferro Carajás até que fosse realizado o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). A duplicação da ferrovia e expansão dos pátios havia sido considerada "uma reforma" pelo IBAMA – apesar de cortar reservas naturais e comunidades protegidas ao longo dos quase 700 km da obra – e a Vale foi dispensada do EIA-Rima, apresentando apenas uma modalidade mais simples de pesquisas, o Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental (EA/PBA).

A decisão do juiz federal atendia às reivindicações da ação civil pública movida por órgãos de direitos humanos, como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), contra o IBAMA – que dispensou o EIA-Rima – e a Vale – que não realizou a consulta prévia a comunidades indígenas e quilombolas – como determina a Convenção 169 da OIT. A ação civil também citava a falta de publicidade na convocação das audiências públicas por parte do IBAMA e da Vale.

Em setembro de 2012, porém, o desembargador federal Mário César Ribeiro, presidente do TRF da 1ª Região revogou a liminar do juiz federal e liberou a execução das obras nos trechos que não ferem as terras indígenas. A questão jurídica, porém, ainda não foi decidida, como explica Rosana Diniz, do CIMI: "A ação judicial continua correndo. A Vale entrou com um recurso alegando prejuízo e nós também entramos com um recurso, um agravo regimental, que será julgado pelo colegiado da segunda instância do TRF. A gente, então, está aguardando o julgamento dessa ação".

CONT.



Além disso, segundo a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, a Licença de Instalação do IBAMA de novembro de 2012, autorizando a duplicação da ferrovia, incluiu as ressalvas do órgão de proteção aos índios pedindo a interrupção da obra nos trechos que atingem as Terras Indígenas Carú e Mãe Maria até que a Vale entregue os Estudos de Impacto Ambiental do Componente Indígena para a análise e manifestação técnica da Funai.

E COMO FICA A “TRIBO MAIS AMEAÇADA DO MUNDO”?

Em 2007, a Vale renovou o Acordo de Cooperação firmado com a Funai para atender as necessidades e demandas das Terras Indígenas Carú, Awá e Alto Turiaçu. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, o acordo – que tem vigência até 2016 – tem o objetivo de atender a especificidade cultural dos índios Awá.

Não será fácil, a julgar pela opinião do antropólogo Uirá Garcia, que explica: há uma série de impactos ambientais e sociais que fazem com que os Awá-Guajá se sintam historicamente prejudicados pelos empreendimentos da Vale, além de um abismo cultural na relação entre companhia e índios.

“O sentimento geral da população Awá-Guajá, que está na Terra Indígena Carú, na aldeia Awá e na aldeia Tiracambú, é que eles não querem essa duplicação [da ferrovia de Carajás]. Os Awá são um povo que conhece muito pouco do nosso universo, do que é o Brasil, do que é o presidente, do que é a Vale. Como você vai negociar com um povo que não sabe o que é dinheiro?”, questiona o antropólogo.



Perícia conclui que tiro que matou indígena não foi disparado a queima-roupa
SÍTIO JB, 28.02.2013

Brasília – Um laudo necroscópico realizado pelo Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol) de Dourados (MS) indica que o tiro que matou o adolescente guarani-kaiowá, Denilson Barbosa, de 15 anos, não foi disparado à curta distância. De acordo com o laudo, diferentemente do que chegou a ser divulgado inicialmente, o jovem recebeu um único tiro.

Segundo a delegada responsável pelo caso, Magali Leite Cordeiro, o fato de o médico-legista não ter encontrado marcas de pólvora em volta da lesão causada pelo projétil reforça a versão do fazendeiro Orlandino Gonçalves Carneiro, 61 anos. Ainda assim, ela disse que as versões dos índios que acompanhavam o adolescente e a do fazendeiro coincidem em "80%" dos pontos.

Carneiro se apresentou à Polícia Civil no último dia 19 e confessou ser o autor dos disparos que atingiram o adolescente. Ele garantiu, contudo, que não tinha a intenção de matar ninguém e que atirou, sem mirar, na direção do criadouro de peixes existente em sua fazenda, onde ele disse ter avistado alguém, alertado pelos latidos dos cães.

A versão dos dois índios que acompanhavam Denilson é outra. Segundo o irmão da vítima, de 11 anos, e o cunhado do adolescente morto, os três entraram na Fazenda Sardinha com o propósito de ir pescar em um córrego cuja nascente fica no interior da terra indígena onde vivem, em Caarapó (MS), a cerca de 50 quilômetros de Dourados (MS). Quando passavam próximo ao viveiro de peixes, foram abordados por três homens armados que dispararam contra eles. Na fuga, Denilson ficou preso em uma cerca de arame farpado, foi alcançado pelos pistoleiros e agredido. Os dois jovens repetiram essa versão durante o depoimento que prestaram à delegada no último dia 20.

O crime aconteceu no início da noite de sábado (16). O corpo do adolescente, no entanto, só foi encontrado no domingo (17), jogado em uma estrada que separa a aldeia guarani-kaiowá tey'ikue, onde Denilson morava, de fazendas existentes na cidade de Caarapó, entre elas a Fazenda Sardinha, de Carneiro.

O fazendeiro contou à delegada que quando encontrou Denilson caído próximo ao criadouro de peixes ele ainda estava vivo. Carneiro disse que pôs o corpo do indígena na caçamba de sua caminhonete com a intenção de levá-lo ao hospital de Caarapó. Ao chegar próximo ao acesso à estrada para a cidade, contudo, avistou uma aglomeração que imaginou ser de índios à procura do jovem. Com medo de ser agredido, ele fez meia volta e deixou o jovem ferido à margem da estrada, supostamente no mesmo local onde o corpo foi encontrado na manhã seguinte. A Agência Brasil tentou falar com a advogada de Gonçalves, mas não conseguiu localizá-la.

De acordo com a delegada, o irmão e o cunhado de Denilson foram incluídos em programa de proteção da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). A delegada disse que as investigações estão bastante avançadas.

CONT.



Ela agora aguarda o laudo pericial feito pelo Instituto de Criminalística no local do crime para concluir o inquérito policial e planeja apresentar às duas testemunhas fotos de pessoas que viviam ou trabalhavam na propriedade, a fim de checar se elas apontam a participação de alguém mais no crime. Para isso, no entanto, ela depende da autorização da SDH.



Suicídio de adolescente evidencia fragilidade nas aldeias indígenas

SÍTIO FATIMANEWS, 28.02.2013

Álcool e drogas são os grandes motivadores da violência na reserva indígena de Dourados, garantem líderes comunitários. Segundo eles, estes dois fatores, aliados à depressão, são os principais responsáveis pelo índice de homicídios e suicídios registrados nos últimos anos tanto na aldeia Jaguapirú, quanto na Bororó. O caso mais recente aconteceu na tarde desta quarta-feira, quando um adolescente de 15 anos, possivelmente deprimido, tirou a própria vida.

De acordo com o perito André Kiyoshi, o menor saiu de casa por volta das 13h30 e foi encontrado às 17 horas, enforcado em uma árvore às margens de uma estrada vicinal que corta a reserva. "Ele vinha sofrendo porque há cerca de um mês perdeu o irmão que foi brutalmente assassinado. O jovem estava com depressão e nós buscávamos uma maneira para resgatá-lo, mas não conseguimos a tempo", disse Aniceto Velasquez, integrante da liderança indígena.

Velasquez afirma que já procurou as autoridades, mas que nada foi feito até o momento. "Em novembro nós comunicamos a Fundação Nacional do Índio (Funai), assim como as forças de segurança, mas ainda não vimos nada posto em prática. Precisamos de algo que controle o fornecimento de bebidas alcóolicas, combata o tráfico e ofereça assistência social aos dependentes químicos e depressivos. Só assim evitaremos mais mortes", explicou.

ATUAÇÃO DA POLÍCIA

O delegado regional Antonio Carlos Videira garante que a polícia tem feito sua parte, e que a criminalidade tem diminuído gradativamente no município. Nesta terça-feira, as polícias Civil e Militar se reuniram no 3º Batalhão para discutir um novo plano de segurança para a região; na pauta estava a questão das aldeias indígenas. Carlinhos, como é mais conhecido, disse que é preciso cooperação dos líderes comunitários junto às autoridades.

"Quando se fala da reserva indígena é preciso levar em consideração aspectos culturais e históricos, por exemplo. De modo geral, a polícia vem fazendo trabalho de fiscalização nas aldeias, entretanto, esbarramos em algumas dificuldades que podem ser facilmente superadas se tivermos o apoio da comunidade. Uma delas é a ausência de nome nas ruas e logradouros. Isso dificulta a atuação de investigadores e atendimento à ocorrências", afirmou.

Ele continua: "Mesmo quando a reserva indígena era atribuição exclusiva da Polícia Federal, nós sempre estivemos à disposição para atender qualquer chamado, e assim continuamos. Junto com o trabalho da polícia também é preciso apoio psicossocial pois eles são frágeis e vivem em uma cultura completamente diferente. Não basta apenas controlar a venda de bebidas alcóolicas ou fechar bocas de fumo, também é preciso cuidar dessas pessoas", explicou.

CONT.



Adolescente foi encontrado morto no final da tarde.

Após show no TV Xuxa indígenas douradenses ganham espaço na Rádio UOL
SÍTIO FATIMANEWS, 28.03.2013



Bruno, Clemerson, Charlie Peixoto, Kelvin Peixoto, DeeJay Gio Marx e Dani formam o primeiro grupo de rap indígena do Brasil, o Brô MC's, que foi criado em 2008 em Dourados e a cada dia estão ganhando espaço nacional com suas músicas de rap, que misturam o português com o Guarani Kaiowá.

Os jovens resolveram criar o grupo depois da gravação do filme Word (Terra Vermelha – 2008) e hoje o Brô MC's possui suas músicas em um dos principais portais da internet do Brasil, o UOL.

São oito músicas de autoria do grupo, disponíveis na Rádio UOL, entre as principais está "Eju Ore Ndivê" a mais executada no Youtube que faz uma síntese do trabalho do grupo.

O clipe foi gravado pela Cufa (Central Única das Favelas de Dourados) e mostra os jovens cantando e ouvindo o rap no meio da aldeia, demonstrando a realidade dos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 036 / 2013

Brasília, 1º de março de 2013.

TV

No ano passado, o grupo douradense participou do programa TV Xuxa, na rede Globo, em homenagem a semana do índio.

Além disso, o grupo também já se apresentou na posse da presidente Dilma Rouseff, e fizeram a abertura do show de Milton Nascimento em Campo Grande.



Boletim de Notícias - Edição nº 036 / 2013

Brasília, 1º de março de 2013.

Pernambuco sediará primeiro encontro de povos do Sertão

SÍTIO DIARIODEPERNAMBUCO, 28.02.2013

Pernambuco sediará o 1º Encontro de Povos e Comunidades do Sertão. O evento pretende reunir índios, ciganos, quilombolas e representantes de religiões de matriz africana e é fruto de convênio assinado pelo secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sérgio Xavier, e lideranças da Associação Indígena Entreserras, da região de Petrolândia.

Serão discutidos temas que permeiam a gestão ambiental dos territórios tradicionais, a preservação da tradição de ervas medicinais sagradas e a diversidade cultural.

Indígenas pedem apoio da prefeitura para atender aldeia Karitiana

SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 28.02.2013



Uma equipe da prefeitura de Porto Velho visitou nesta terça-feira (26) a aldeia indígena Karitiana, distante 100 quilômetros da capital rondoniense. A equipe liderada pelo secretário municipal de meio ambiente, Edjales Benício, também contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (Semdestur) e Fundação Cultural. Os gestores e técnicos da prefeitura foram conhecer de perto as demandas nas áreas de meio ambiente, cultura e geração de renda.

Durante a visita, lideranças indígenas entregaram uma carta solicitando apoio da prefeitura no desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, valorização e resgate da cultura Karitiana (especialmente em relação às festas tradicionais), ecoturismo, escoamento da produção, ações nas áreas de saúde e educação. Os índios informaram, por exemplo, que as aulas na escola da aldeia ainda não começaram, o que poderá comprometer o ano letivo das crianças e jovens.

Edjales e os demais representantes do poder público municipal informaram que algumas demandas podem ser solucionadas rapidamente. Outras, no entanto, levarão um pouco mais de tempo, mas que a prefeitura tem interesse em fazer o que for possível para melhorar as condições de vida na aldeia. Com relação à saúde indígena, o secretário informou que a responsabilidade é do Governo Federal, mas que o Município poderá implementar algumas ações focadas na prevenção.

Sobre a valorização e resgate da cultura indígena, Edjales Benício informou que a prefeitura, através da Sema, trabalha para implantar o mais breve possível a política municipal de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. "É uma das formas encontradas pela administração do prefeito Mauro Nazif para valorizar essas comunidades que tanto contribuem para com a nossa cultura", comentou o secretário.

Ainda de acordo com o secretário da Sema, a carta contendo as reivindicações dos índios Karitianas foi entregue ao prefeito Mauro Nazif, que vai tomar as providências necessárias. Cópias da carta foram entregues aos secretários municipais. O secretário municipal de educação, Marcos José Rocha, já foi acionado para agilizar o início das aulas na escola da aldeia, já que esta é a necessidade mais urgente da tribo.

Indígenas de Mato Grosso do Sul enviando carta à União pedindo segurança aos povos

SÍTIO CAPITALNEWS, 28.02.2013



Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, visitou o Estado para pedir o fim da impunidade contra os crimes

Após mais um caso de violência contra indígenas ser registrado em Mato Grosso do Sul este mês, as lideranças dos Guarani Nandeva, Guarani Kaiowá, Terena e Kadiwéu, formularam uma carta pedindo intercessão do Governo Federal quanto a segurança dos povos no Estado.

Na carta cita que somente esse ano foram contabilizados ao menos 10 ataques de pistoleiros e fazendeiros contra acampamentos indígenas, com destaque para a morte de um jovem Kaiowá, de 15 anos, em Caarapó, enquanto pescava.

Os indígenas alegam que a União precisa agir de maneira mais enérgica e promover um plano de segurança para os povos, constantemente ameaçados e pedem mais rapidez na demarcação de áreas indígenas.

“Estamos preparados para morrer em nossas terras. Não vamos desistir nunca. Vamos retomá-las uma a uma, fazendo nossa autodemarcação. Basta de impunidade, de fazendeiros assassinos andando à luz do dia, enquanto na terra se abre mais uma cova, que destruiu os sonhos de mais um jovem indígena”, diz um trecho da carta.

Os Kadiwéu, afirmam que suas terras indígenas foram demarcada há mais de 100 anos e homologadas há quase 30, mas que têm ao menos 23 fazendas incidindo sobre seu território.

Em janeiro, famílias Terena dizem ter sofrido ataques devido aos conflitos pela terra indígena Buriti, com 17 mil hectares declarados como território tradicional indígena em 2010 pelo Ministério da Justiça, mas com apenas 2 mil hectares ocupados pelos índios.

Além da perseguição de fazendeiros, seguranças e jagunços, o grupo também denuncia o envolvimento da polícia civil e militar, dizendo que tanto ela quanto a imprensa local são comprometidas com os latifundiários.

Eles exigem que os casos envolvendo os direitos indígenas sejam investigados e julgados pela Justiça Federal e Polícia Federal e denunciam a atuação de delegados da PF de Dourados.

O trecho que finaliza a carta diz: “Num contexto em que as comunidades e lideranças ameaçadas, mesmo as que estão sob proteção de programas de governo, não tem segurança; em que todos os nossos assassinos e expropriadores continuam impunes; em que não temos acesso à água, comida, saúde, escola e terra; nós exigimos Justiça. Nossos filhos não podem sofrer como nós já sofremos”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 036 / 2013

Brasília, 1º de março de 2013.

Também assinam os representantes do Conselho do Povo Terena, Conselho do Aty Guasu, do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNG), Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A carta está disponível na íntegra [neste link](#).



vc repórter: São Sebastião tem mais de 30 praias e reserva indígena em SP

SÍTIO TERRA, 28.02.2013

A cidade de São Sebastião, litoral norte de São Paulo, possui 33 praias em toda sua costa, voltadas para os mais diversos públicos, como surfistas, aventureiros e pra quem busca um pouco de sossego. Com grande importância histórica, o município é um dos poucos do Estado de São Paulo que ainda abriga uma reserva indígena.

Na reserva chamada Ribeirão Silveira, localizada na praia de Boracéia, as tradições indígenas são passadas de geração em geração. São aproximadamente 400 membros do povo guarani que mantêm a tradição viva através da dança, da música, do artesanato e da agricultura. Ainda nesta aldeia, é possível vivenciar um passeio na trilha com direito a banho de cachoeira guiado pelos índios.

Assim como em Boraceia, onde é possível relaxar e aproveitar o contato com a natureza, a praia de Boiçucanga também tem como característica principal o sossego. Com um lindo cenário, praia de tombo e um belo pôr do sol, o local abriga uma vila de pescadores.

Já para os românticos, o mirante no canto direito proporciona uma vista espetacular de toda a praia e ilhas. Para os amantes da natureza, a praia oferece a trilha Ribeirão de Itú com diversas cachoeiras em uma ótima reserva ambiental.

Porém, quem vai a São Sebastião em busca de aventura, precisa visitar a praia Brava, chamada assim pelos surfistas que frequentam o pequeno local de ondas fortes e perigosas. A praia fica entre Boiçucanga e Maresias e a 29 quilômetros do Centro de São Sebastião.

Seu acesso só pode ser feito por meio de barco ou trilha. Durante o percurso, o turista poderá observar uma grande variedade de espécies de fauna e flora além de encontrar no destino final da trilha uma praia de areias brancas, cachoeira, e uma linda vista panorâmica. O percurso tem em média duração de quatro horas e uma extensão de 2 quilômetros.



Assinado termo de compromisso para realização dos jogos indígenas em MT
SÍTIO CENARIOMT, 28.02.2013

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo confirmou a participação efetiva do órgão na realização dos Jogos dos Povos Indígenas ao assinar termo de cooperação, durante reunião em Brasília com o secretário de Esporte de Mato Grosso, Ananias Filho e o deputado federal Wellington Fagundes (PR/MT).

No encontro agendado por Fagundes, Aldo Rebelo garantiu que o ministério vai destinar verba suficiente para a realização dos jogos. O Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, responsável pela formulação do projeto estima o custo de organização do evento em R\$ 5 milhões.

Além da destinação de recursos, Rebelo também se comprometeu em articular a participação de outros órgãos do Executivo para a realização do evento. "Vou falar com a ministra da Cultura, Marta Suplicy, ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas e do Turismo, Gastão Vieira. Os jogos precisam estar à altura do significado da cultura indígena para a nossa formação", disse Aldo Rebelo.

O espaço para a realização da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas será construído à beira do Rio Cuiabá, na região do Jardim Botânico. Com duração de aproximadamente 10 dias, a expectativa é de que o evento reúna mais de 40 etnias brasileiras e delegações de outros países.

Segundo o diretor do Comitê Intertribal Marcos Terena, também presente na audiência, Canadá e Guiana Francesa já confirmaram presença. "Vamos reunir essas delegações, essa multidiversidade à beira do Rio Cuiabá. O objetivo é a integração das tribos, assim como a celebração das vivências como forma de resgatar a identidade cultural dos povos", explicou o líder indígena.

Jogos Regionais

O deputado federal Wellington Fagundes propôs ao ministro a realização de jogos regionais antes do evento em outubro. As prévias serão realizadas nas regiões Sul, Oeste e Norte do Estado. "A intenção é promover a interação de todos. Aqueles, que não puderem ir à Cuiabá terão a oportunidade de participar de jogos em cidades do interior", afirmou o republicano.



Boletim de Notícias - Edição nº 036 / 2013

Brasília, 1º de março de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2012

Pimenta Baniwa do Içana ganha casa própria e pretende conquistar novos mercados
SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 28.02.2013

Depois de funcionar de forma experimental por cinco meses, a Casa da Pimenta Baniwa foi oficialmente inaugurada em 30 de janeiro último, na comunidade de Tunuí-Cachoeira, distante 300 quilômetros de São Gabriel da Cachoeira, rios acima. A pimenta jiquitaia baniwa quer alcançar mercados como São Paulo, Manaus e Brasília.



Casa da Pimenta Baniwa, em Tunuí-Cachoeira

Um brasileiro senta-se à mesa na metade sul da nação. A outra metade do seu país é quase tudo Amazônia. O mais gigante sistema agroflorestal do mundo, que com suas florestas manejadas vêm alimentando sua gente nativa, há milênios, com sabores, cores, cheiros, texturas, mas que a mesa deste brasileiro pouco testemunha.

Uma experiência que desafia todo este cenário vem de um dos pontos mais distantes e isolados desta região, do extremo noroeste, na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela. Ali, comunidades da etnia Baniwa, da Terra Indígena Alto Rio Negro, vem se organizando para oferecer sua renomada pimenta tipo jiquitaia em mesas muito além da bacia dos rios Içana, Aiari, Cuiari e Negro, onde vive uma população baniwa de cerca de 15 mil pessoas em 200 comunidades e pequenos sítios distribuídos pelos três países.

Para isso, inauguraram oficialmente no último dia 30 de janeiro, depois de cinco meses de funcionamento experimental, a primeira Casa da Pimenta Baniwa. Um espaço de produção, envaze e armazenamento da pimenta jiquitaia, sob protocolo especial de produção.

CONT.

A jiquitaia, pouco conhecida além das fronteiras da bacia dos rios Negro e Branco, é uma “farinha” de pimentas com sal, que carrega uma diversidade enorme de variedades do gênero *Capsicum*, presente sobretudo nas roças indígenas amazônicas, centro de diversidade e de domesticação.



Mulheres indígenas comandam as roças

Na cerimônia de inauguração, realizada em uma manhã tranquila, um pouco chuvosa, na comunidade de Tunuí Cachoeira, no Médio Rio Içana, os pesquisadores indígenas Sílvia e Aloncio Garcia, representando o Projeto Pimentas na Bacia do Içana-Ayari, patrocinado pelo Programa Jovem Cientista Amazônida, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), contaram como transcorreram suas pesquisas. E revelaram como essas pesquisas contribuíram para definir e implementar um projeto arquitetônico apropriado às exigências das mulheres produtoras de jiquitaia, bem como às regras do sistema de vigilância sanitária.

A partir daí, será possível organizar a produção das roças familiares e incrementar a capacidade de atender a mercados de capitais como Manaus, Brasília e São Paulo, que já vêm sendo experimentalmente explorados desde o início do funcionamento da Casa da Pimenta Baniwa. Os dois pesquisadores destacaram com orgulho que aquele era um dia para “entregar resultados de pesquisa”

Desafios das futuras gerações

Lideranças como André Baniwa (Oibi) e Ronaldo Apolinário (Abric), lembraram desafios que as comunidades indígenas necessitam enfrentar.

CONT.

Sobretudo as gerações mais jovens, que precisam promover seus produtos no mercado para não ficarem dependendo apenas da bolsa família e dos demais programas de assistência social do governo, ou da saída mais próxima para a cidade de São Gabriel da Cachoeira em busca de subempregos.



O envase e toda a linha de produção é feita de acordo com as regras da vigilância sanitária

Beto Ricardo, do ISA, destacou que o Sistema Agrícola do Rio Negro foi declarado patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e que o ISA é parceiro nesta iniciativa porque acredita que a promoção da pimenta baniwa em nichos apropriados de mercado de alto valor agregado é uma das formas de fortalecer e atualizar o conjunto de práticas que sustentam esse sistema agrícola.

CONT.

Comandado pelas mulheres indígenas, o Sistema Agrícola do Rio Negro garante a segurança alimentar de um enorme contingente populacional do qual fazem parte cerca de 64 povos que vivem no noroeste amazônico, tanto no Brasil, quanto na Colômbia e na Venezuela.



Ronaldo Apolinário e Osinete Paiva, gerentes de produção da Casa da Pimenta

O renomado chef de cozinha Alex Atala, aceitou o convite da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) e do ISA, e finalmente subiu o rio para desembarcar por três dias em Tunuí Cachoeira e acompanhar todo o ciclo de produção da pimenta baniwa, das roças até o potinho. Emocionado, Alex contou aos Baniwa que o motivo dele estar ali era seu interesse em conhecer essa metade do Brasil que não está na mesa, de apoiar uma reflexão urgente em nossa sociedade sobre o presente e o futuro da relação com a comida, com os lugares, as pessoas e as formas de produção daquilo que nos alimenta.

Essa foi mais uma das visitas que o chef fez ao Rio Negro nos últimos anos, num movimento que se soma a outros chefs de sua geração, que também vem buscando conhecer e valorizar os sabores do interior do Brasil e da Amazônia em suas receitas (saiba mais).

Guardiãs das roças

Por último, as mulheres baniwa, guardiãs das roças e de toda a sabedoria de como produzir alimento saudável, e cuidado com a natureza naquelas terras, destacaram o contentamento com aquele dia e as boas expectativas que a entrada em funcionamento da Casa da Pimenta está trazendo para a comunidade e seu dia a dia nas roças.

CONT.

Abriram as portas e entraram na primeira Casa da Pimenta Baniwa do Rio Içana, para dali colocar, de agora em diante, sua pimenta jiquitaia em novos lugares e mercados.

Ainda há muito a se fazer para que a presença desta imensa região amazônica na dieta alimentar do povo brasileiro se materialize com sua rica biodiversidade e agrobiodiversidade, seu potencial de produção de frutas, azeites, farinhas, molhos, temperos, raízes, nozes, cogumelos, mel e peixes.



Alex Atala e André Baniwa, no dia da inauguração

Trata-se de um trabalho que deve começar pelas próprias cidades amazônicas, cada vez mais distanciadas da dieta de seus avós. Sucumbindo, cada dia mais, a um sistema agroalimentar em cujo centro estão redes de hipermercados e restaurantes, que não dialoga o suficiente com um sistema onde, majoritariamente, a floresta em pé tem algo para oferecer. Motivo de desmatamento crescente para abrir espaço para monoculturas de arroz, de soja, para o pasto, para o boi, com suas cadeias desconcertantes do que foi a história milenar de ocupação e uso daqueles ecossistemas. Motivo da falta de investimentos estratégicos para que as comunidades amazônicas possam produzir e dispor de seus mais peculiares ingredientes nas mesas brasileiras, enriquecendo nossa cultura alimentar, numa ponta, e gerando renda, bem estar e conservação da floresta, na outra. Assim, talvez, o Brasil também pudesse se sentir um pouco mais amazônico.

CONT.



Banner de inauguração da Casa da Pimenta Baniwa

Estradas intransitáveis em período de chuva interferem no rendimento escolar das aldeias

SÍTIO MIDIAMAX, 28.03.2013

Indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru fecharam no ano passado a MS-156, que liga Dourados a Itaporã, em protesto pela recuperação das estradas. Segundo o capitão, Leomar Silva, conhecido popularmente como "Trovão", a negociação e o desbloqueio da rodovia poderia ter cessado rapidamente com um bom diálogo. "Se tivesse ido ao primeiro dia teríamos liberado", afirmou.

Esse ano, a mesma situação repercute na vida dos moradores e também dos alunos das escolas indígenas e compromete, segundo a Associação de Professores nas Aldeias, o rendimento escolar. As estradas, segundo eles, como mostram também registros realizado pelo Simted (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) de Dourados, estão intransitáveis em período de chuvas. Fora isso, as crianças estão ocupando salas improvisadas para estudar.



A extinção do Núcleo Indígena ligado a Semed (Secretaria Municipal de Educação) reflete também nas resoluções desse assunto. O fechamento deixou os indígenas sem representação para levar esse tipo de reivindicações a administração. O núcleo, segundo Izaque de Souza, presidente da Associação, poderia ajudá-los a conduzir melhor o processo. Ele é composto por representantes das três etnias, por isso, ainda a importância de mantê-lo.

De acordo com os assuntos relacionados em uma reunião na semana passada com o Sindicato, essa extinção seria um retrocesso nas conquistas da educação indígena. "Precisamos que nossos representantes tenham respeito com a gente", afirma o capitão.

CONT.



Não é preferência, segundo relatos, chegar a ter que convocar a base das escolas para irem até ao Ministério Público denunciar esse caso nas aldeias. "Precisamos que eles escutem a aldeia, temos que lutar pelas mesmas coisas todos os anos. Queremos uma solução", completou a liderança.

ASSEMBLEIA

Uma assembleia será realizada nesta quinta-feira (28), às 15h, na Escola Tengatui Marangatu, localizada na Aldeia Jaguapiru.



Embrapa participa de Assembléia dos Povos Indígenas em Oiapoque

SÍTIO CORREANETO, 28.03.2013

A Embrapa Amapá foi uma das instituições participantes da 21ª Assembléia de Avaliação e Planejamento dos Povos Indígenas de Oiapoque, ocorrida nos dias 27 e 28 deste mês, no Centro de Formação da Aldeia Manga. Na ocasião, o analista de transferência de tecnologia, Jackson de Araújo dos Santos, fez uma avaliação das ações realizadas em 2012 e o planejamento para 2013 do projeto Frutiindo, que consiste em ações de Transferência de Tecnologia para o desenvolvimento agrícola das comunidades indígenas. O evento foi promovido pelo Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque, município localizado no extremo norte do estado do Amapá.

Por meio do projeto Frutiindo, em 2012 um total de 128 indígenas, de várias aldeias, receberam treinamento de técnicos da Embrapa para a prática do manejo dos açaizais nativos de mínimo impacto. Outro resultado é que foram instaladas sete Unidades Demonstrativas de cultivo de bananas resistentes a doenças nas aldeias Manga, Tukay, Ahumã, Santa Izabel, Kariá, Samaúma e Açaizal, duas Unidades Demonstrativas de viveiros de citros nas aldeias Santa Izabel e Açaizal e instalados sete áreas de experimentos de manejo de açaizais.

Entre as atividades planejadas para 2013 estão a avaliação das áreas de experimentos instalados, coleta de sementes pré-germinadas de espécies arbóreas para enriquecimento de áreas de açaizal de várzea, produção de mudas e plantio de espécies arbóreas nas parcelas de recuperação de açaizal e intervenções de manejo nas parcelas de açaizal de grotas, entre outras. O projeto Frutiindo, liderado por Jackson do Santos, tem como parceiros a Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), Rurap e Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil (TNC/Brasil).



MPF/MS: TRF3 reafirma obrigação do Estado em prestar policiamento emergencial nas aldeias

SÍTIO MPF, 28.03.2013

Decisão mantém liminares conseguidas pelo MPF. Polícias Civil e Militar devem atender solicitações nas regiões de Dourados e Naviraí.

As policiais estaduais, Civil e Militar, continuam obrigadas a prestar atendimento emergencial às comunidades indígenas de 28 municípios de Mato Grosso do Sul. É o que determina decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF).

O policiamento emergencial – requisitado pelo número 190 – já estava sendo prestado nas regiões de Dourados e Naviraí por força de liminares concedidas pela Justiça Federal dos dois municípios. O Governo do Estado recorreu das decisões ao TRF3, mas os recursos foram julgados improcedentes.

De acordo com a decisão, as Polícias Civil e Militar devem atender as comunidades para “apuração e repressão de delitos contra a vida, patrimônio e integridade psicofísica”.

Confronto de ideias

A determinação judicial para policiamento nas aldeias confronta diretamente a posição do Governo de Mato Grosso do Sul. Ofício da Procuradoria-Geral do Estado, enviado a todos os órgãos policiais, estabelecia o não atendimento às comunidades indígenas – tanto emergencial quanto preventivo - com a alegação de se tratar de competência exclusiva da Polícia Federal.

No entendimento do MPF, “o fato da Terra Indígena ser bem da União não torna os índios propriedade ou interesse desta, sujeitos, portanto, à competência federal”. A tese é reforçada na prática: delitos em detrimento da vida, patrimônio, honra e integridade praticados pelos índios são julgados pela Justiça Estadual e não a Federal.

Com a decisão do TRF3, o atendimento emergencial deve continuar nos municípios de Eldorado, Jateí, Naviraí, Iguatemi, Juti, Sete Quedas, Itaquirá, Mundo Novo e Tacuru - da comarca de Naviraí. Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Taquarussu e Vicentina - da Subseção Judiciária de Dourados.

Referência Processual:

Justiça Federal de Dourados: nº 0001889-83.2012.4.03.6002

Justiça Federal de Naviraí: nº 000164108.2012.4.03.6006

Povos Tradicionais: união nas lutas

SÍTIO CIMI, 28.02.2013

No início da década de 70 os povos indígenas do Brasil começaram a romper a cerca do isolamento e silêncio a que estavam confinados, não podiam imaginar que quatro décadas depois essa união estaria se estendendo aos povos e comunidades tradicionais de todo o país.



Para Ninawá Hunikui, do Acre, esse é um momento histórico, pois "o mundo está doente, precisa de cura". E os povos indígenas vêm enfrentando e denunciando esse sistema há décadas, numa resistência secular e sabedoria milenar. E agora estão com os quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, dentre outros, partilhando lutas e esperanças, construindo a união indispensável para enfrentar os poderes que os oprimem e insistem em negar seus direitos. "A senzala não acabou. A escravidão continua", denunciam os participantes.

Na medida em que as realidades doídas, lutas sofridas, violências e resistências foram sendo partilhadas ia ficando claro que só tem um caminho para reconquistar a liberdade e Bem Viver: lutar unidos pelos territórios livres.

Quando foi relatado e mostrado a violência que a marinha está cometendo há 40 anos contra a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, na Bahia, uma grande indignação e revolta tomou conta do auditório. Foi aprovada uma moção de repúdio ao que qualificaram de ações e políticas nefastas e genocidas.

Diante das narrativas de agressões, invasões, destruições e mortes em decorrência do insaciável avanço dos interesses do agro e hidronegócio, do grande capital, não basta botar a boca no trombone, denunciar, é preciso união para agir e pressionar os três poderes do Estado, que se colocam a serviço desse projeto de morte e opressão.

Na manhã do dia 28, uma delegação dos participantes do Seminário "Os territórios das Comunidades Tradicionais e o Estado Brasileiro" tiveram encontro com o presidente da Câmara dos Deputados e o líder do PT, entregando documento com suas apreensões sobre os projetos que pretendem desconstruir direitos dos povos e comunidades tradicionais, impedindo o reconhecimento dos territórios e promovendo a invasão e saque dos recursos naturais nas terras já reconhecidas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 036 / 2013

Brasília, 1º de março de 2013.

Dentre as principais deliberações ficou a ampliação da solidariedade entre os povos a partir das situações mais dramáticas, a formação política, ampliação das alianças e mobilizações desde nível nacional até internacional.

[Segue a carta, na íntegra](#)